

Ulysses: O povo não nos mandou aqui para ter medo

Foi a mais dura e direta resposta às críticas do presidente José Sarney à Constituinte

"O povo nos mandou aqui para fazê-la (a Constituição), não para ter medo". Foi neste tom, sem rodeios, que o presidente da Assembléia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, contestou ontem o pronunciamento de véspera do presidente José Sarney. Sob intensos aplausos do plenário, que por três vezes se levantou interrompendo-o, Ulysses aproveitou-se do momento de abertu-

ra da votação para manifestar-se. Disse que "a boca dos constituintes de 1987-1988 soprou o hábito oxigenado da governabilidade" e que a Carta "terá cheiro de amanhã, não de hoje", nas mais contundentes e diretas respostas às críticas de Sarney. "Esta será a Constituição cidadã", proclamou o deputado, cujo discurso segue abaixo, na íntegra.

EUGENIO NOVAES



O plenário não se conteve e por três vezes se levantou para aplaudir o discurso de Ulysses, que no final retribuiu com acenos

O QUE ELE DISSE

Quando iniciamos a votação do 2º turno do projeto da futura Constituição, testemunho o trabalho competente e responsável dos constituintes nas subcomissões, comissões temáticas, Comissão de Sistematização e no plenário: trinta e nove mil (39.000) emendas estudadas e apresentadas documentam esse extraordinário esforço e o empenho posto pelos constituintes em contribuir conscienciosamente para a qualidade do texto. Foi longa a travessia de dezoito meses. Cerca de 5.400.000 pessoas livremente ingressaram no edifício do Congresso Nacional. Quem leva, sem discriminação, contribuição ou crítica a fazer, puderam ou podem, tempestivamente fazê-lo. As portas estavam e continuam abertas: é só transpô-las.

Saúdo o relator Bernardo Cabral, que confirmou seu renome de jurista e sua espartana dedicação; coadjuvado pelos relatores adjuntos Konder Reis, José Fogaça e Adolfo Oliveira.

Sem a compreensão e o talento dos líderes partidários não chegaríamos a fase atual de nossos trabalhos. Os funcionários e representantes da imprensa merecem nosso reconhecimento.

O projeto submetido a segundo turno é longo — 321 artigos — versando matéria complexa e tantas vezes controversa.

Inevitavelmente abriga imperfeições, previamente previstas com a instituição, de um segundo turno revisionista e pelo número de emendas e destaques apresentados. Existem, reconheço, vamos corrigi-las.

Mas mesmo na fase atual, temos muito mais do que nos orgulhar do que nos arrependermos da Constituição que escrevemos.

Assinale-se sua coragem em inovar, a começar pela arquitetura original de sua confecção, rompendo padrões valedurários e enfrentando a rotina e o status quo.

Não ouvimos o establishment; encarnado no velho do restelo, conclamando, na praia alvoada da partida, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral e Camões para permanecerem em casa, saboreando baçalhau e o caldo verde, ao invés da aventura das

Índias, do Brasil e dos Lusíadas e amaldiçoando "o primeiro que, no mundo, nas ondas velas quis em seco lenho".

Esta Constituição terá cheiro de amanhã, não de hoje.

Para não me alongar, reporto-me a alguns aspectos, que reputo inaurogais, do texto ora submetido ao crivo da revisão Constituinte.

A soberania popular, sem intermediação, poderá decidir de seus destinos. Os cidadãos apresentarão propostas de lei, portanto terão a iniciativa legislativa, e também os cidadãos poderão rejeitar projetos aprovados pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Portanto, propõem e vetam.

Poucas Constituições no mundo democrático têm essa presença direta e atuante da sociedade na elaboração dos preceitos de império em seu ordenamento jurídico. O Brasil será, assim, uma República representativa e participativa. Teremos a convivência e a fiscalização de mandatos e mandatários a serviço da sociedade.

Após quase 500 anos, o projeto redime a geografia do Brasil.

Nossa geografia é violentada pela concentração nacional de rendas e de competência. Nossa geografia é regional e local, com municípios maiores do que muitos países.

As urnas dão votos para os governadores e prefeitos administrarem. Mas só a autêntica Federação dá o dinheiro para que tais governos deem respostas às necessidades localizadas.

Federação é governo junto com o homem, não o homem correndo atrás do governo estadual ou de Brasília, freqüentemente longínquo e indiferente.

Esta alforria, do homem e de seus governantes, foi decretada pela transferência de 47% dos recursos da União para os estados e municípios, 21,05% aqueles e 22,05% para estes.

Se não tivéssemos feito mais nada, só com isso teríamos feito muito.

Cooperaremos para reversão da instável e injusta pirâmide social brasileira de 130 milhões de brasileiros carentes na base projetada para o ar e apoiada em seu vértice

em Brasília, onde estão os recursos.

Com os hodiernos conceitos de seguridade, estamos entre os sete países que a adotam, instituindo a universalidade dos beneficiários, mesmo aos que comprovadamente não possam contribuir.

Como governar é encurtar distâncias, diminuir-se pela equivalência a separação entre o trabalhador rural, com oito benefícios, e o urbano, com trinta e dois.

Quanto aos onze milhões de aposentados, folhes garantido o valor real dos proventos através do tempo, para que não sejam destruídos pela inflação, como hoje ocorre, ocasionando a humilhação, o desespero e a morte.

Senhores constituintes: A Constituição, com as correções que faremos, será a guardiã da governabilidade.

A governabilidade está no social. A fome, a miséria, a ignorância, a doença inassistida, são ingovernáveis.

A injustiça social é a negação do governo e a condenação do governo.

A boca dos constituintes de 1987-1988 soprou o hábito oxigenado da governabilidade pela transferência e distribuição de recursos viáveis para os municípios, os securitários, o ensino, os aposentados.

Repito: esta será a Constituição cidadã. Porque recuperará como cidadãos milhões de brasileiros.

Cidadão é o usuário de bens e serviços do desenvolvimento. Isso hoje não acontece com milhões de brasileiros, segregados nos guetos da perseguição social.

Esta Constituição, o povo brasileiro me autoriza a proclamá-la, não ficará como estátua inacabada, mutilada ou profanada.

O povo nos mandou aqui para fazê-la, não para ter medo.

Viva a Constituição de 1988!

Viva a vida que ela vai defender e semear!

Brasília, 27 de julho de 1988.
Constituinte Ulysses Guimarães
Presidente da Assembléia Constituinte

Dona Mora também insistiu na fala

Com a aprovação do projeto constitucional por 403 votos (13 contra e 55 abstenções) e opronunciamento de Sarney criticando duramente muitas das decisões da Constituinte. Os presentes concluíram, unanimemente, que, acossado pela crise econômico-financeira e por uma inflação em alta, Sarney recruta a Constituinte para bode expiatório dos seus próprios erros.

Archer redigiu uma carta curta pedindo demissão, por entender que não cabia permanecer no Governo um Ministro que diverge do presidente da República. O ministro da Previdência aguardava, ontem, apenas o retorno do presidente Sarney de sua viagem à Amazônia, para lhe entregar a carta. Luiz Henrique e Celso Furtado admitiram, em seguida, que não lhes caberia outra alternativa senão se afastarem dos cargos que ocupam no Governo.

O ministro Celso Furtado disse que a política econômico-financeira do Governo chegou a um beco sem saída, levando o País ao descalabro, e deu a entender que acompanharia o ministro Renato Archer, caso esse se afastasse do Governo.

QUORUM

Há uma grande dificuldade para se garantir quorum nas sessões da Constituinte: a eleição municipal deste ano. Nos mais de mil municípios brasileiros, todos os 559 constituintes têm interesse direto, sendo que cerca de 120 são candidatos a prefeitos de capitais ou importantes cidades do interior. Como conseguir quorum de maioria absoluta quando se espera que a eleição municipal obrigue os parlamentares a constantes visitas às suas bases?

BODE EXPIATÓRIO
No encontro foi analisado o quadro gerado pelo pro-

Couto remedia corte e põe discurso no ar

Depois do corte abrupto no programa Diário da Constituinte, o pronunciamento do deputado Ulysses Guimarães em defesa da Assembléia acabou indo ao ar novamente, às 20h30, na íntegra e em cadeia nacional por ordem do ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Ronaldo Costa Couto. Além da providência, solicitada pelo 1º secretário da Constituinte, deputado Marcelo Cordeiro (PMDB/BA), o ministro ligou para o deputado Ulysses Guimarães se desculpando pela recusa da Empresa Brasileira de Comunicação S/A (Radiobrás), vinculada ao Gabinete Civil, em ampliar o Diário da Constituinte.

A direção da Radiobrás

— empresa ligada ao Gabinete Civil da Presidência da República — se recusou ontem deliberadamente a gerar para as emissoras de rádio e televisão a íntegra do pronunciamento feito pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e que seria veiculado no programa Diário da Constituinte. A denúncia foi feita pelo 1º secretário da Mesa da Constituinte, deputado Marcelo Cordeiro (PMDB/BA), que, atendendo exigência do próprio Ulysses providenciou junto ao ministro Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, a imediata convocação de uma rede nacional de rádio e televisão para que fosse transmitido todo o pronunciamento em defesa da

Constituinte, com duração de 12 minutos.

A decisão de não acatar a determinação da Mesa da Constituinte de gerar para as emissoras os 12 minutos do pronunciamento foi assumida pelo presidente em exercício da Radiobrás, Geraldo Magela. "Ele me disse que assumiria a decisão de gerar apenas 5 minutos do pronunciamento e que sua posição era irreversível. O fato de o ministro Costa Couto ter intercedido para a posterior convocação da rede nacional não isenta a atitude do diretor da Radiobrás, que é pernicioso, lamentável e perturbadora das relações entre os Poderes, sem nenhuma razão para tal", reclamou Marcelo Cordeiro.

Radiobrás diz que cumpriu lei

— Apenas cumprimos a lei.

A declaração foi feita na noite de ontem pelo diretor-geral e administrativo da Radiobrás, Geraldo Magela, sobre o corte do pronunciamento do deputado Ulysses Guimarães no Diário da Constituinte. Ele explicou que o próprio Regimento da Constituinte estabelece o horário de cinco minutos para o Diário e como a fita recebida ontem pela Radiobrás tinha 12 minutos, o jeito foi cortar a fala no meio.

Geraldo Magela explicou que a Constituinte deve à Radiobrás a quantia de Cz\$ 200 milhões, conforme já foi anunciado pelo presidente da empresa, jornalista Antônio Martins, e não demonstra disposição de saldar a dívida, tendo em vista que nem mesmo o convênio para produção do Diário foi assinado. Mesmo

assim, segundo o diretor, o Diário da Constituinte vem sendo gerado pela Radiobrás sem o registro anterior de problemas.

O impasse de ontem, de acordo com Geraldo Magela, deve-se à falta de comunicação entre as duas instituições. Minutos antes do Diário ir ao ar, a Radiobrás recebeu a fita gravada do pronunciamento do deputado Ulysses Guimarães, com 12 minutos, para edição num programa de apenas 5 minutos. Magela garante que, junto com a fita, não foi enviada nenhuma explicação da primeira secretaria da Constituinte, como também nenhum contato prévio foi feito com o Poder Executivo para ampliação do horário gratuito na TV.

— Por isso, decidi gerar apenas os cinco minutos normais — afirma o diretor da Radiobrás, que estava

no exercício da presidência da empresa, tendo em vista que o jornalista Antônio Martins se encontrava na comitiva presidencial que foi ontem a Manaus.

Magela contou que chegou a ser acusado pelo primeiro secretário da Constituinte, deputado Marcelo Cordeiro, de haver mutilado intencionalmente o pronunciamento do deputado Ulysses Guimarães. "Não mutiléi, porque não fui comunicado a tempo pela Constituinte", esclarece o diretor da Radiobrás. Diante do impasse, o próprio Marcelo Cordeiro fez um contato de emergência com o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, e em apenas 20 minutos foi convocada uma rede extraordinária de TV para a transmissão do discurso, que foi ao ar integralmente às 20h30.